



Instituto Federal de Brasília

Campus Planaltina

Curso Superior de Licenciatura em Biologia

VIRGINIA SOUSA COSTA DOS SANTOS

AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES DE BIOLOGIA

NO COMBATE AO RACISMO

Planaltina, DF

2019

VIRGINIA SOUSA COSTA DOS SANTOS

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE BIOLOGIA
NO COMBATE AO RACISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso Superior de
Licenciatura em Biologia do Campus
Planaltina do Instituto Federal de Brasília,
como requisito parcial para obtenção de
título de Licenciada em Biologia.

Orientadora: Profa. Me. Deise Barreto Dias

Planaltina, DF

2019

1. INTRODUÇÃO

Na década de 80 foi iniciado um processo de discussão participativa que pautou os avanços necessários para a universalização do ensino básico à toda população brasileira. A transição democrática que tomou conta do país se estendeu à educação, com a proposição de mudanças ao modelo então vigente. A materialização da participação e dessas proposições estão demarcadas no texto da Constituição Federal Brasileira de 1988 (doravante CF/88). Segundo Muller e Coelho (2013) a nova visão para a educação visava a democracia, justiça social e igualdade, com o objetivo de garantir a qualidade na educação.

Instituído pela Lei 9.131, de 25/11/95 o Conselho Nacional de Educação (CNE) – órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação – depois de sofrer várias mudanças, garantiu as reformulações necessárias que estavam vinculadas a um processo de discussão das diretrizes da educação. Foi no colegiado deste CNE que houve ampla discussão e participação dos movimentos sociais, sindicatos, docentes e discentes frente à constituinte para propor no texto a formulação de uma nova lei para a educação.

Os Movimentos Negros tiveram ampla participação na constituinte e nas proposições para tal formulação. Na época, a então deputada federal Benedita da Silva, militante histórica dos movimentos de mulheres e movimentos negro, defendeu no Congresso Nacional a inserção no texto da lei, sobre a obrigatoriedade da inclusão curricular da História das populações negras do Brasil em todos os níveis educacionais do ensino. Todavia, as demandas pautadas não foram incorporadas ao texto final da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, (doravante LDB/96). A recusa da inclusão dos temas propostos foi sob a justificativa de que se tratava de uma Base Nacional comum para educação o que dispensava a existência de uma garantia exclusiva para a população negra. Isto materializa o racismo estrutural¹

¹ O racismo estrutural está na estrutura da sociedade que cria formas naturais de estranhamento de pessoas negras em posições de destaque ou quando dentro delas com salários menores, o médico negro, sempre é confundido com o enfermeiro, o juiz negro no tribunal é visto como o porteiro. É uma forma de olhar e de perceber que pessoas negras não sujeitos nesses espaços. Trata-se, portanto, de uma percepção estruturada ao longo do século XIX até os dias de hoje, em que práticas racistas são naturalizadas por meio de um discurso de “democracia racial” e de que no caso brasileiro, a sociedade é fruto de uma diversidade.

e a forma complexa e de recusa para tratar sobre as questões raciais no Brasil.

Contudo, frente a esta recusa, o artigo 3º item XII da LDB/96, previu a consideração com a diversidade étnica racial, como um dos princípios da educação nacional, que veio a ser o ponta pé inicial para novas discussões como cita Pereira (1999).

Como se sabe, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi, sem dúvida alguma, responsável por uma nova onda de debates sobre a formação docente no Brasil. Antes mesmo da aprovação dessa lei, o seu longo trânsito no Congresso Nacional suscitou discussões a respeito do novo modelo educacional para o Brasil e, mais especificamente, sobre os novos parâmetros para a formação de professores. (PEREIRA, 1999, p.110).

Os Movimentos Negro, têm resistido de forma participativa para garantir que as discussões raciais no Brasil não sejam restritas às pessoas negras, mas se estendam aqueles que naturalizam todas relações e situações de racismo. Essa luta para garantir que as contribuições dos negros no processo de formação da sociedade – tanto social, como cultural e econômica – fossem temas de discussão nas escolas é citado por Silva e Mendes (2013). Eles afirmam que por anos os Movimentos Negros Brasileiros manifestaram o interesse de que fosse incluso no currículo escolar a História da África e de conteúdos que tratassem de maneira pertinentes, a presença e contribuições do negro e a existência de uma questão racial na História do Brasil.

Após mobilizações marcadas por reuniões, entrevistas, simpósios e pesquisas em 2001, na cidade de Durban (África do Sul) foi realizada a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), em que o então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso levou como proposta a criação de ações afirmativas no âmbito do Governo Federal. Após seu retorno o Governo implementou ações como cotas para negros em cargos comissionados em parte dos ministérios. Em seguida, foi criado o Programa Bolsas de Ações Afirmativas² voltados para jovens negros

Todavia, contidamente pessoas negras estão em meio a situações que materializam o racismo e as suas práticas.

² O Instituto Rio Branco em 2002 criou o Programa de Ação Afirmativa (PAA) - Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia. O Programa tem por objetivo ampliar as condições de ingresso de brasileiros negros na carreira de diplomata, ampliando a diversidade do Serviço Exterior Brasileiro. Ao longo dos últimos 14 anos, o Itamaraty investiu mais de R\$ 15,5 milhões na execução do Programa, por meio do qual foram concedidas 677 bolsas a 403 candidatos negros.

interessados no ingresso da carreira diplomática. Com isso a conferência em Durban constituiu num marco da luta Contra o Racismo no Brasil e América Latina. (Silva e Pereira, 2013)

Já em 2003, o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva ao assumir a Presidência da República, reafirmou e ampliou os compromissos do governo anterior com os Movimentos Negros. Em um ato histórico, no dia 09 de janeiro de 2003 sancionou a Lei 10.639/2003 que alterou a LDB/96 e inseriu a História e Cultura Afro Brasileira e Africana nos componentes curriculares de Artes, Literatura e História. Segundo Garcia, Silva e Alexandre (2012), essa inserção é considerada lenta e gradativa, não garantindo sua efetividade e realização nas práticas pedagógicas. Isso porque essa inclusão perpassa por três vertentes: a formação inicial e continuada de professores, o currículo escolar e as políticas públicas. Sobre a formação continuada os autores afirmam que:

A Lei 10.639/03 que altera a Lei 9.394/ 96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica e o Parecer Nº1/4 do Conselho Nacional de Educação (CNE) vem requerer a formação continuada aos docentes sobre esta temática. No entanto, mesmo amparada em lei, à temática ainda encontra muitos desafios a ser desenvolvida, entre eles, a falta de conhecimento teórico e principalmente o enfrentamento do mito da democracia racial alicerçam a concepção docente. (GARCIA, SILVA e ALEXANDRE; 2012, p.32)

Na formulação da proposição citada, conforme indicado no parecer Nº 1/4 do CNE, os Movimentos Negros sabiam da dura realidade para assegurar a implementação da lei, por isto, propuseram recomendações para a formação e produção de conteúdo que refletissem as mudanças sobre a temática racial no contexto social, cultural, político e econômico da população negra no Brasil.

Neste sentido, os professores têm um papel importante, uma vez que, na articulação dos saberes, eles irão a longo prazo, contribuir para a ressignificação do currículo prescrito, tendo em vista que a sala de aula é um espaço de construção de identidades, cabe a ele contribuir com questões que relacione o cotidiano dos estudantes com os conteúdos estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Ainda assim, encontramos barreiras conforme apontado a seguir:

Cabe apontar que para pensar o ensino para relações étnicas raciais faz-se necessário pensá-lo em conjunto com as práticas e

saberes docentes, como constituídas e constituintes das disciplinas escolares na sua amplitude, e a importância que estas assumem na conformação da cultura escolar. (MULLER; COELHO, 2013, p.44)

Santos (2017) retrata a produção acadêmica de intelectuais negros e a forma com que eles eram e ainda são retratados por não negros. Sua investigação também revela que as pesquisas relacionadas às questões étnicas e raciais, ainda que não sejam números consideráveis vêm crescendo e contribuem de forma relevante para a criação de referenciais que subsidiem professores em suas práticas pedagógicas por meio das pesquisas científicas. Em 2017 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou que de quase 400 docentes de universidades públicas e particulares do Brasil, somente 64 se autodeclararam negros (pretos e pardos), ou seja, apenas 16% do total. Essas pesquisas nos fazem refletir sobre uma relação entre o número de professores universitários negros com o número de pesquisas da temática étnico-racial produzidas: se o número de professores universitários negros fosse maior poderia haver um maior número de publicações realizadas por pessoas negras na temática racial que, por sua vez, poderia colaborar com a superação do racismo no contexto educacional.

Não podemos deixar de mencionar uma pesquisa realizada por Fernandes (2015), que relata a decisão de tratar questões raciais na disciplina de Biologia. Dentre os relatos de casos, a autora destaca uma intervenção em que os estudantes tiveram a oportunidade de escolher livremente um tema para seminário e a questão racial em aulas de Biologia foi presente o que surpreendeu o docente. Isso pode revelar que estudantes manifestam interesse na temática e que isso requer do docente a sensibilidade para inserir no ensino de ciências questões raciais, de modo a contribuir no combate ao racismo.

Desta forma, com essa investigação pretendemos analisar o interesse e as vivências dos professores de Biologia do Ensino Médio de Planaltina-DF para se combater o racismo. Também objetivamos promover a reflexão acerca da importância de tratar as questões étnico raciais abordando-as amplamente, não só nas diversas áreas do conhecimento como em toda instituição de ensino. Intentamos ainda promover a reflexão nos entrevistados sobre a necessidade de intervenção nos diálogos e conflitos racistas, ainda que disfarçados de humor ou brincadeiras, de forma que reconheçam na história do povo negro a sua importância e contribuição na formação da economia, educação, cultura e trabalho do povo brasileiro. Almejamos também motivar docentes sobre a necessidade

de inserir a temática racial nos conteúdos da Biologia, considerando que esses sujeitos são disseminadores de opiniões e conhecimento, para que despertem nos estudantes a discussão e criticidade, algo que pode ser percebido no convite do professor emérito Paulo Freire:

Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem 'águias' e não apenas 'galinhas'. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda". (1996, p. 56)

Portanto, cabe trazer o desafio de colocar o ensino da Biologia frente a inserção da temática étnica racial. Isto permite refletir sobre as práticas que rompem com ideias e concepções racistas, e colabora com a identificação de práticas pedagógicas com objetivo do combate ao racismo.

2. Metodologia

Essa pesquisa é de cunho qualitativo, ou seja, se caracteriza por ser método de investigação científica de caráter subjetivo o qual pretendemos obter como resultado “dados descritivos que apontem predileções, condutas e procederes dos indivíduos que pertencem ao grupo pesquisado” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 16). Optamos pela aplicação de questionário para que fosse possível analisar particularidades e experiências individuais dos entrevistados, possibilitando flexibilidade para indicar suas opiniões sobre o assunto relacionado ao objeto de estudo, conforme escreve Martins (2004). O questionário dispunha de 9 perguntas as quais 5 eram questões fechadas com 4 opções de respostas na escala Likert³ e 4 questões abertas .questões fechadas⁴ e 4 questões abertas⁵.

Os dados foram levantados a partir de entrevistas realizada por meio de aplicação de questionário (APÊNDICE I) com seis professores de Biologia que lecionam na rede pública do ensino médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de três diferentes escolas públicas de Planaltina/DF. A Região Administrativa de Planaltina (RA VI) foi criada em 19 de agosto de 1859, distante 38,5 quilômetros do Plano Piloto, é a mais antiga das regiões administrativas do Distrito Federal, atualmente conta com 11 Escolas de Ensino Médio, das quais 3 fizeram parte do rol de professores entrevistados, são elas: Centro Educacional 01 (Centrão) , situado no Setor Educacional - lotes A/B; Centro Educacional Dona América Guimarães (CEDA) situado na Quadra 10K, Conjunto C - Área Especial e Centro Educacional 02 (Centro 2), situado no Setor Educacional - lotes J/L.

Iremos identificar nossos sujeitos de pesquisa como Professor I, Professor II, Professor III, Professor IV, Professor V e Professor VI, a fim de preservarmos suas

³ É uma metodologia indicada para realizar pesquisas de opinião, que oferece como opção de resposta uma escala de pontos com descrições verbais que contemplam extremos. Esta escala possibilita diagnosticar diferentes níveis de intensidade do sujeito de pesquisa.

⁴ Permite ao pesquisador coleta de dados estatísticos, dando ao sujeito de pesquisa opção de classificação, que não permite uma resposta inesperada, é preciso escolher uma das opções pré-estabelecidas.

⁵ Permite ao pesquisador coleta de dados qualitativos, em que o sujeito de pesquisa expõe de maneira livre sua opinião.

identidades. Esses docentes concordaram em participar da investigação e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE II).

O questionário aplicado iniciava com a identificação dos professores por meio dos seguintes itens: nome; idade; tempo de experiência com docência; região do país em que nasceu; como você se auto declara com relação à cor de pele e ao gênero.

O agendamento das entrevistas foi feito em fevereiro de 2019, com a confirmação em abril. Todos os professores solicitaram que aplicação do questionário fosse realizado no dia de coordenação escolar, na sala dos professores com duração máxima de 40 minutos. Dos professores entrevistados, 3 foram supervisores dos meus estágios supervisionados enquanto os demais foram selecionados por suas disponibilidades e interesses em participar da pesquisa.

Após coletados os dados foram analisados e discutidos conforme podemos ver na seção a seguir.

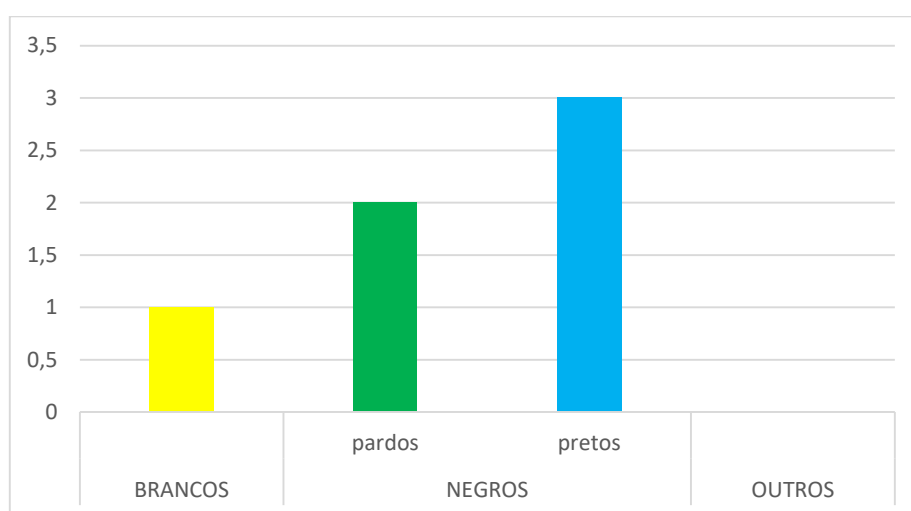
3. Resultados e Discussões

Dos dados coletados pela identificação dos sujeitos de pesquisa:

- ✓ A idade varia entre 35 e 45 anos;
- ✓ O tempo de experiência com a docência varia entre 3 e 25 anos;
- ✓ Todos nasceram na região Centro Oeste;
- ✓ Relacionado ao gênero três se declaram feminino e três masculino.

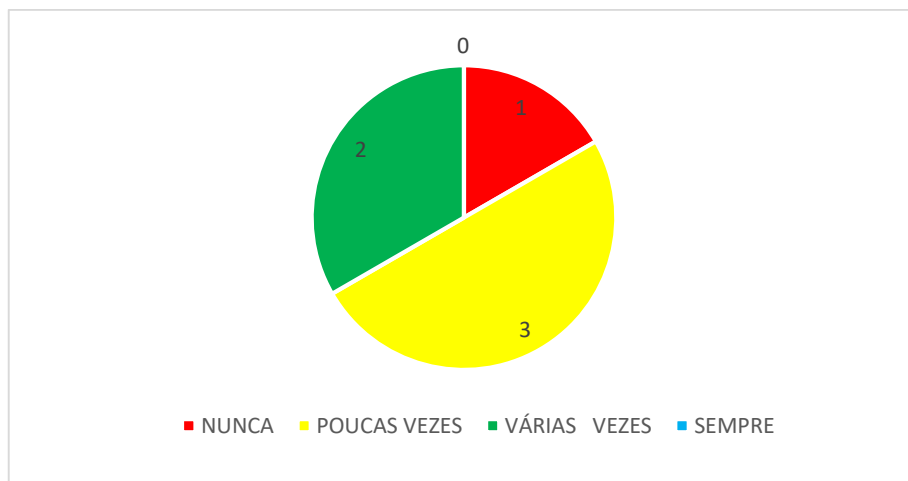
Sobre auto declaração da cor da pele, tivemos o seguinte resultado:

Figura 1 – gráfico de auto declaração da cor da pele.



Com relação às respostas da questão 1, que se refere as intervenções realizadas pelos docentes em conflito envolvendo racismo no ambiente escolar, obteve-se três docentes que responderem que poucas vezes interviram nesses conflitos, como pode ser visto no gráfico a seguir:

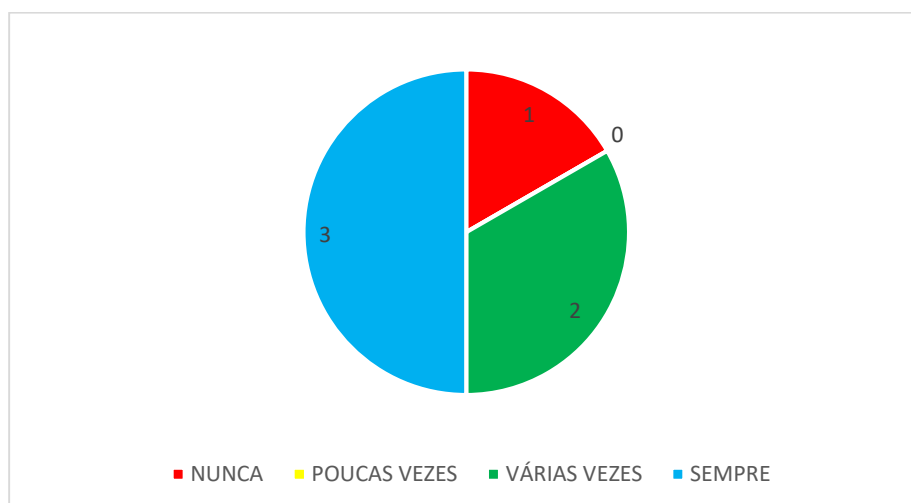
Figura 2 - intervenções realizadas pelos docentes em conflitos envolvendo racismo no ambiente escolar



A maioria dos professores terem optado pela resposta “poucas vezes” pode indicar lacunas: Será que são poucos os episódios de racismo ocorridos: Ou de muitos episódios de racismo ocorridos, poucas foram as intervenções mediadas pelos docentes? Isso nos leva a outro questionamento sobre as intervenções: Seriam poucas porque os docentes não identificam práticas racistas em “brincadeiras, piadas” e insultos que sutilmente emanam o racismo estrutural? Silva (2014) aponta que o racismo está presente e velado ao mesmo tempo em nossa sociedade, principalmente por meio das falas racistas acompanhadas de justificativas.

Na pergunta 2, se questionou sobre a intervenção nos episódios de racismo presenciados pelos docentes. As respostas encontram-se sistematizadas no gráfico a seguir:

Figura 3 - intervenções realizadas pelos docentes em episódios de racismo por eles presenciados



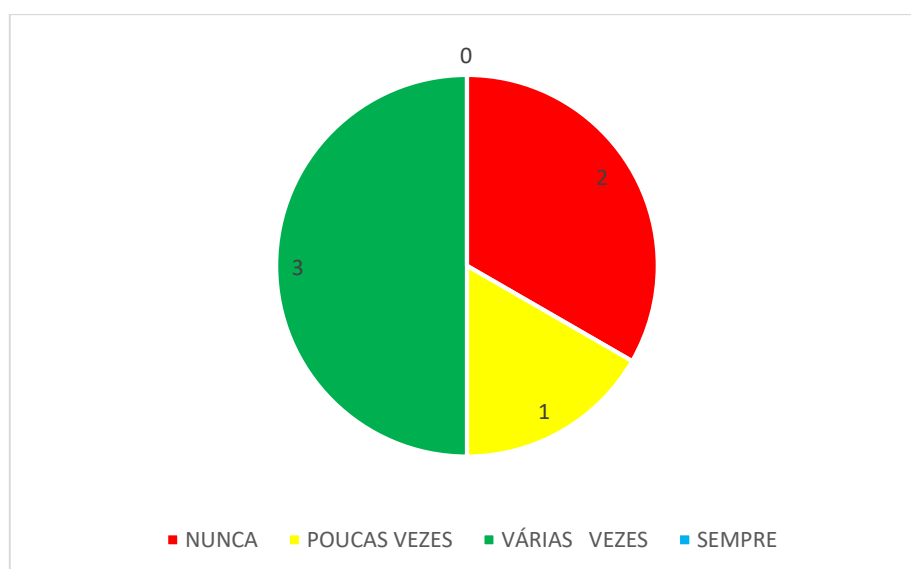
Três dos professores afirmam que sempre intervêm em conflitos que presenciam. Esses dados demonstram que os docentes se colocam como parte do processo de combate ao racismo na escola.

Em relação a dificuldade de tratar sobre as questões étnicas e raciais na escola Gomes (2005) afirma que:

(...)ainda encontramos muitos (as) educadores (as) que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. E, ainda mais, essa afirmação traz de maneira implícita a ideia de que não é da competência da escola discutir sobre temáticas que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana. Demonstra, também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira. (p. 146).

Sobre a pergunta 3, em que se questiona sobre a intervenção com intenção de desconstruir palavras ou termos racistas, nenhum dos seis professores optou pela resposta sempre, enquanto os professores II e III, optaram pela resposta nunca, conforme é mostrado no gráfico a seguir:

Figura 4 – intervenção sobre desconstrução de termos e palavras racistas

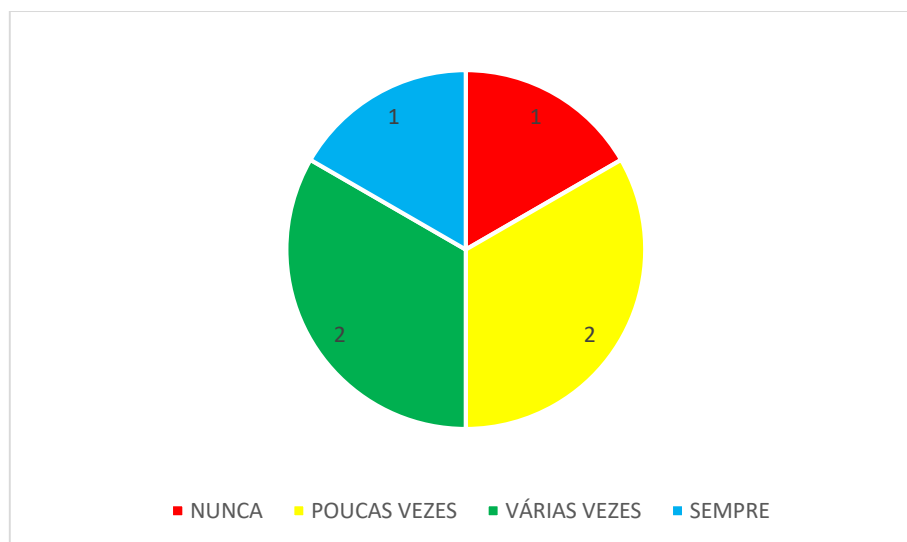


Destacamos que durante a realização do questionário presenciou-se uma fala racista. Haviam docentes de várias disciplinas e discentes do projeto Residência Pedagógica reunidos no horário de coordenação. Ao entrar na sala uma professora

comentou o fato de que os três professores e os três docentes de Biologia vestiam camisetas pretas, imediatamente o professor II utilizou-se de um termo racista ao responder “*A essa altura do mês a coisa tá preta pro pessoal de Biologia*”, referindo-se ao período do mês em que não se tem mais dinheiro. Esse tipo de fala que parece sutil na realidade configura-se como a naturalização do racismo. Concordando com esse aspecto, Munanga (2005) afirma que o racismo é negado ou camuflado no Brasil por meio da falsa ilusão da democracia racial, o que desencadeia a contradição entre discursos e atos, movidos pelo comportamento em sociedade que inviabiliza a efetivação das políticas e ações que idealizam a superação da desigualdade racial que perdura até os tempos atuais.

Referente a questão 4 que trata a participação dos docentes em práticas pedagógicas e projetos com objetivo de combater o racismo, verificou-se que o professor VI respondeu que sempre se insere em ações de combate ao racismo. Em contrapartida o professor III respondeu que nunca participou de tais ações ou projetos, deste modo as respostas foram proporcionais já que 2 professores responderam poucas vezes e 2 responderam várias vezes

Figura 5 – participação dos docentes em práticas pedagógicas e projetos contra o racismo



A dificuldade dos professores de Biologia se integrarem nessas ações pode ser consequência da falta de preparo durante o processo de formação. Fernandes (2015) afirmou que nos cursos de graduação os componentes curriculares quase não tratam sobre questões raciais por isso faz-se necessário repensar sobre a capacidade que o ensino de Biologia tem de reconstruir as relações raciais. O Projeto Pedagógico do Curso Superior

de Licenciatura em Biologia do IFB *Campus* Planaltina⁶, pode ser utilizado como exemplo dessa lacuna: 7º período é ministrado o componente de Educação para Diversidade, que tem como competências:

(...) analisar as perspectivas de educação inclusiva nos contextos histórico, social, político, cultural e educacional do país. E como Habilidades, reconhecer as necessidades educacionais inclusivas, identificar os programas e sistemas de apoio para as pessoas com necessidades especiais, educação para a diversidade. (PPC - IFB, 2016)

Deste modo, tem-se uma tendência a abordar mais questões sobre educação inclusiva no âmbito da Lei 13.146/2015⁷ e nota-se no documento pouca referência no âmbito da Lei 10.639/2003. Entretanto, não estamos afirmando que essa dimensão não seja tratada nesta componente curricular, uma vez que, a atuação do/da docente responsável tem grande influência no direcionamento dos assuntos estudados.

Projetos sobre o tema relações étnicas raciais, de modo geral são direcionadas as áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras, conforme previsão legal. Todavia, toda a prática educacional parte do pressuposto da interdisciplinaridade assim a orientação expressa em lei de amplia os conteúdos de História e Cultura Afro Brasileira em todo o currículo escolar não tendo caráter restritivo a essas áreas do conhecimento (BRASIL, 2003).

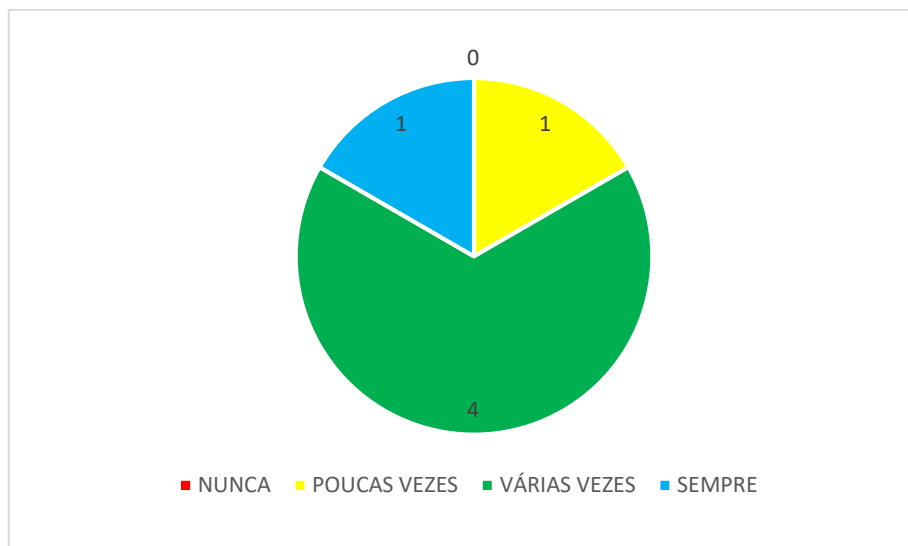
Na questão 5, foi indagada a possibilidade de assimilar conteúdos de Biologia com práticas que contribuíssem para o combate ao racismo. As respostas podem ser vistas a seguir:

Figura 6 – Possibilidade de assimilar conteúdo de Biologia com o combate ao racismo

⁶ Disponível no endereço eletrônico

https://www.ifb.edu.br/attachments/article/5604/PPC%20Lic.Biologia_2017.pdf

⁷ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.



O professor I respondeu que sempre identifica a possibilidade de integração enquanto 4 dos professores responderam que identificam possibilidades em vários conteúdos; por outro lado, o professor III respondeu que identifica pouca possibilidade. Para os professores que não responderam nunca (neste caso todos os entrevistados) havia uma pergunta em decorrência dessa, que pedia citações dos conteúdos da Biologia em que seja possível falar combate ao racismo e os resultados foram:

Tabela 1 – Conteúdos da Biologia possíveis de serem assimilados à práticas contra o racismo.

Professor	Conteúdo
I	Conceito de espécies/ raças biológicas; conceito de bioética e biotecnologia e desenvolvimento tecnológico e científico.
II	Genética.
III	Genética.
IV	Genética; taxonomia; zoologia geral e evolução.
V	Citologia e Genética.
VI	Genética e Citologia

Cinco dos seis professores viram na genética a possibilidade de realizar práticas contra o racismo e todos os professores encontraram ao menos um conteúdo que possibilite fazer o mesmo, ainda assim, na questão 1 e 2 houve professor que respondeu que nunca fez intervenções de combate ao racismo no ambiente escolar. Questionamos, portanto, se os professores pesquisados não percebem que a abordagem da temática racial já seria uma forma de intervenção? Ou mesmo vendo a possibilidade de integrar o ensino

da \biologia no combate ao racismo esses professores não o fazem? Segundo Lima até os professores progressistas têm dificuldade em lidar com a temática racial, pois:

Muitos acreditaram que as lutas dos africanos, na África e no Brasil, deveriam ser estudadas dentro de uma categoria “luta dos dominados, dos oprimidos” ou qualquer outro título que queiramos dar a história dos excluídos. (LIMA, 2004, p.13).

A questão 6 foi dividida em duas etapas, em que ambas é de cunho discursivo e inquire as vivências dos docentes. A primeira é representada pela letra a e trata sobre a maneira como o docente intervém nos conflitos envolvendo racismo no ambiente escolar. As respostas obtidas foram as seguintes:

Tabela 2 – Modo como o docente intervém nos conflitos envolvendo racismo.

Professor	Resposta
I	Levando à reflexão sobre a violência e seus danos a moral e integridade do indivíduo.
II	Nunca presenciei algo que precisasse intervir em sala de aula
III	Em sala de aula eu nunca vivenciei uma situação de racismo. Eu já propus várias temáticas sobre a inserção do negro no mercado de trabalho e em locais jamais imaginados pela sociedade.
IV	Através do diálogo e em casos mais graves encaminhando à direção.
V	Repúdio e desconstrução de atitudes relacionados.
VI	Repreendendo as atitudes negativas e trazendo uma sensibilização quanto ao respeito às diferenças.

Nota-se com essas respostas que se faz necessário que os professores estabeleçam um diálogo entre a Ciência e as relações raciais, afim de que cotidianamente haja a integração do combate ao racismo com as práticas pedagógicas relacionada a Biologia, pois nos dados coletados pela questão 6, letra a verificamos uma tratativa casual ao tema e para tratar as questões relacionadas ao racismo e vinculá-lo a biologia deve referenciar-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações raciais: temática racial, pois:

A educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. Combater o racismo, trabalhar

pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. (CNE/CP 3/2004, 2004, pp.14- 15).

Na segunda etapa, ainda da questão 6 representada pela letra b se questiona sobre quais vivências sociais educativas contribuíram para a sua atuação no combate ao racismo, os professores responderam que:

Tabela 3 – Vivências sociais e educacionais que contribuíram com a atuação no combate ao racismo.

Professor	Resposta
I	Elaboração do Projeto Interdisciplinar sobre a temática com professores de Filosofia, História e Sociologia.
II	Fazemos vários projetos relacionados a cultura e genética afro, principalmente nos momentos sobre o dia da consciência negra.
III	Durante os debates de políticas de cotas nas universidades.
IV	A consciência de que não deve existir desigualdade entre as pessoas.
V	O contato diário com estudantes e colegas de trabalho, discussão e projetos.
VI	O meio familiar e princípios advindos dele, bem como formação acadêmica e específica.

Ao analisar os dados do item b da questão 6, verificamos que os projetos relacionados a temática aparecem em quase todas as respostas, o que demonstra que eles têm um importante papel nas vivências dos professores, bem como possibilita o conhecimento do tema, uma vez que, por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares é possível ensinar e ao mesmo tempo aprender, não limitando esse ensinamento apenas entre docentes, como também aos discentes e aos demais integrantes da comunidade escolar, possibilitando a integração dos conteúdos curriculares às questões sociais, uma vez que:

[...] não se ensina democracia através de práticas pedagógicas antidemocráticas, nem por isso se deve inferir que a democratização das relações internas á escola é condição

suficiente de democratização da sociedade. Mais do que isso: se a democracia supõe condições de igualdade entre os diferentes agentes sociais, como a prática pedagógica pode ser democrática "é preciso reapropriar-se da história do negro, desde a África até os dias atuais; afirmar as identidades raciais; destacar positivamente em relação às culturas negras; resgatar a autoimagem das crianças e adolescentes negros e negras; dialogar com os processos pedagógicos que ocorrem nos movimentos populares; utilizar material didático que apresente a formação social do povo brasileiro[...], a educação supõe a desigualdade no ponto de partida e a igualdade no ponto de chegada. (SAVIANI, 1992, p.86)

Neste sentido as práticas antirracistas devem ser discutidas sempre que possível dentro da perspectiva da prática pedagógica democrática. Essa hipótese encontra respaldo entre teóricos da educação, dentre os quais se inclui o professor Demerval Saviani que apesar não ter citado diretamente as práticas antirracistas, podemos inferi-las na perspectiva democratizante do espaço educacional.

A questão 7, também de cunho discursivo, solicitou aos sujeitos de pesquisa recomendações aos futuros docentes de Biologia que se interessem em atuar no combate ao racismo, sendo apontadas as sugestões descritas abaixo:

Tabela 4 – Sugestões para futuros docentes sobre como atuar no combate ao racismo.

Professor	Resposta
I	Preparar-se para enfrentar um desafio constante necessário. Embasar-se teoricamente para promover a reflexão dos estudantes acerca do tema racismo.
II	Pode-se falar sobre a estrutura genética, como as pessoas eram e ainda são discriminadas por sua cor, como as pessoas julgam pela cor.
III	É interessante que essa temática possa ser trabalhada não apenas no dia da consciência negra, sobretudo nos conteúdos trabalhados no decorrer do semestre letivo. Em 2017 o EJA em ação (projeto interdisciplinar) teve como tema as questões raciais, infelizmente as matérias de exatas eram coadjuvantes em relação as disciplinas de humanas.
IV	Se preparar profissionalmente nesse sentido. É necessário que os professores saibam lidar com essas situações específicas e isso exige preparo e formação. Além disso, é essencial colocar em prática as leis que buscam combater o racismo.

V	Desenvolvimento de projetos específicos. Mas há muito pouco tempo destinado a esse tipo de prática.
VI	A melhor forma de combater-se o racismo é sendo um exemplo, como não racista e incentivador do respeito às diferenças.

Nessa questão os professores trouxeram como sugestões a formação teórica e específica para tratar as questões raciais, não restrição do tratamento do tema somente em datas especificadas na lei, bem como o fato das disciplinas de exatas serem vistas como coadjuvantes nas atividades relacionadas ao tema. Apontam, ainda, o pouco tempo destinado a desenvolvimento de projetos como um inviabilizador para sua efetivação. Vislumbramos a resposta do professor VI, sobre ser um exemplo como não racista e incentivador do respeito às diferenças, relacionada com a reflexão abordada por Paulo Freire que escreve:

Tão importante quanto o ensino dos conteúdos, é o testemunho ético ao ensiná-lo. É a decência com que se faz. (...). Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a coerência na classe entre o que se diz, o que se escreve e o que se faz (FREIRE 2006, p.103)

4. Conclusão

O contato com a sala de aula durante os componentes de Estágios Supervisionados me colocou frente a realidade do cotidiano escolar, na qual identifiquei a materialização e a naturalização de práticas racistas por meio de atitudes e falas entre professores, estudantes e servidores. Com isso identificado, busquei o diálogo com os docentes de Biologia para averiguar as possibilidades de práticas de combate ao racismo com o ensino de Biologia que de modo geral não é vista como disciplina para tratar questões étnicas e raciais. Todavia, o principal efeito da materialização da Lei 10.639/03 é o tratamento interdisciplinar da história e da cultura Afro Brasileira por todas as áreas de conhecimento.

Essa pesquisa relaciona a história do povo negro com a ciência para que possa estimular um olhar cultural abrangente que amplia a percepção do docente com as provocações dele frente aos discentes para que possam naturalizar o ambiente escolar e todas as componentes curriculares como propícias para se discutir o combate ao racismo. Demonstra que tratar de racismo não é somente um conteúdo da Sociologia, da Filosofia ou da História, mas sim uma prática que deve ser associada a Matemática, a Física e a Biologia etc.

A imersão na teoria sobre as práticas antirracista abre ao leitor um universo amplo de falas silenciadas que após confrontar essas leituras ao cotidiano escolar enchemo-nos de entusiasmo sobre a necessidade de tratar o racismo no ensino de ciências ao passo que nos frustrou pela resistência, fruto de um racismo estrutural profundo naturalizado por um olhar da sociedade.

A apuração a partir das respostas do questionário, reflete sobre quão distintos estão as percepções dos professores entrevistados, que pode ser reflexo de seu tempo de docência ou valores advindos de sua formação social. Isso porque observamos o professor I com 25 anos de docência, que se declarou pardo informou que no meio familiar, a formação acadêmica e específica foram vivências importantes na sua atuação no combate ao racismo. Informa ainda que sempre intervém em situações de conflitos e sempre participa de ações e projetos contra o racismo.

Em contrapartida o professor III que se autodeclara preto nunca ter intervindo com

desconstrução de palavras ou termos racistas, afirma nunca ter vivenciado uma situação de racismo no ambiente escolar. Esse docente identifica apenas uma possibilidade de conteúdo da Biologia para realização de práticas de combate ao racismo e afirma nunca ter participado de ações ou projetos de combate ao racismo. Isso é interessante porque, em momento posterior cita sua participação como coadjuvante no projeto denominado EJA em ação (teve como tema as questões raciais). Assim fica o questionamento: essa participação, mesmo que secundária, não seria uma prática de combate ao racismo? Quanto a nunca ter presenciado situação de racismo, será que não existiu ou não foi identificada? São questionamentos que suas respostas podem variar de acordo com a afinidade e ou conhecimento que o docente tenha da temática, não podemos também ignorar seu tempo de atuação no contexto educacional.

É importante ressaltar que este trabalho por uma limitação temporal e de amostragem não poderia fazer afirmação sobre a totalidade da realidade escolar, mas é possível identificar no contato com essa prática elementos que materializam a perspectiva teórica de fazer da temática étnica racial uma parte crucial para incidir na superação do racismo e trazer as vivências Afro Brasileiras e Africanas para o campo das ciências. Por isto, cabe afirmar que os docentes de Biologia são agentes imprescindíveis para a materialização da Lei 10.639/03, em práticas pedagógicas modernas e arrojadas para uma sociedade que reflitam a multidisciplinaridade que o tema exige.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acessado em 18 de fevereiro de 2019.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acessado em 18 de fevereiro de 2019.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil03/leis/2003/L10639.html>>. Acessado em 18 de fevereiro de 2019

_____. O embrião de uma Revolução Cultural no Brasil: A implementação da Lei 10.639/03. Diálogos entre saberes e experiências brasileiras, p. 1-15, FAPERJ e Editora DP et Alii. Petrópolis. 2010.

_____. Projeto Pedagógico Curso Superior de Licenciatura em Biologia. 2016 p. 40. Disponível em https://www.ifb.edu.br/attachments/article/5604/PPC%20Lic.Biologia_2017.pdfz. Acessado em 10 de maio de 2019

ALMEIDA, S. L.. O que é racismo estrutural?. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018. v. 1. 204p .

FERNANDES, Kelly Meneses. Biologia, Educação das Relações Étnico-Raciais e Inversão Epistemológica. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 01, p. 311-323, 2015

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Alessandra Agenor de Moura; SILVA, Marcio Pereira da; ALEXANDRE Ivone Jesus. Desafios e Perspectivas na Formação de Professores e a Lei 10.639/03. Revista Eventos Pedagógicos. V. 3, n. 2, p. 282 – 290, mai/ jul. 2012.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane de. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. Revista Latino-Americana de História – Edição Especial Vol. 2, n. 6, p. 421- 430, ago. 2013

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. 'ed.Brasília: SECAD/MEC, 2005, v. , p. 39-62.MUNANGA, Kabengele (org.) – Superando o Racismo na Escola, 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade, 2005.

MARTINS, H. H. T. S.. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa (USP), v. 30, p. 289-300, 2004.

MULLER, Tania Mara Pedrosa; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A Lei No. 10.639/03 e a Formação De Professores: Trajetória E Perspectivas. Revista da ABPN • V. 5, n. 11, p. 29-54• jul/ out. 2013

NOVAIS, Gercina Santana; RODRIGUES FILHO, Guimes; MOREIRA, Patrícia Flávia Silva Dias. Concepções de professores de ciências do ensino fundamental e médio a respeito da lei federal 10.639/03. Ensino Em Re-Vista. V. 19, n. 2, p. 393 – 402, jul/ dez.2012.

NUNES, Sylvia da Silveira. (2014). Racismo Contra Negros: sutileza e persistência.

SANTOS, Ivair Alves dos. Direitos Humanos e as práticas de racismo. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2012

SANTOS, Sales Augusto dos. EXPERIÊNCIAS DE UM SUPOSTO “NEGRO-TEMA” EM EVENTOS ACADÊMICOS: “... I GOT MY BRAINS ... I’VE GOT LIVES ...”.

Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 9, n. 23, p. 267-300, nov. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/419>>. Acesso em: 04 maio 2019.-- SILVA, Dávila Maria Feitosa da; SILVA, Joselina da; BERNARDINO Maria Cleide Rodrigues. O Lugar da Biblioteca Universitária na Implementação da Lei 10639/ 03 nos cursos de História e Pedagogia. Folha de rosto – Revista Acadêmica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. V. 1, n. 1, p. 45/ 64, jan/ jun, 2015.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o racismo, a xenofobia e intolerâncias correlatas. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC; Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Educação & Sociedade ano XX, n. 68, p. 109 – 125, dez. 1999.

Apêndice I – Questionário

Instituto Federal de Brasília – *Campus* Planaltina, DF

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

TEMA: As contribuições do professor de Biologia no combate ao racismo

Discente Pesquisadora: Virgínia Sousa Costa dos Santos

Orientadora: Profa. Ms. Deise Dias Barreto

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Idade: _____ Tempo de experiência com docência: _____

Região em que nasceu:

Norte Nordeste Centro Oeste Sudeste Sul

Como você se auto declara com relação a cor de pele?

branco pardo negro outro _____

Como você se auto declara com relação ao gênero?

feminino masculino outro _____

QUESTIONÁRIO

A fim de analisar as concepções e contribuições do professor de Biologia no **combate ao racismo no ambiente escolar**, solicito-lhe a gentileza de responder o questionário a seguir:

1. Você já realizou algum tipo de intervenção no ambiente escolar relacionado a conflitos envolvendo racismo

nunca poucas vezes várias vezes sempre

2- Dos conflitos envolvendo racismo que já presenciou no ambiente escolar com que frequência você intervém?

nunca poucas vezes várias vezes sempre

3. Você já realizou intervenções com intuito de desconstruir palavras, frases, termos, ditos populares racistas? Exemplo: “lista negra, mercado negro, dia de preto, a coisa está preta, preto parado é suspeito, correndo é ladrão”.

nunca poucas vezes várias vezes sempre

4. Já realizou, elaborou ou participou de projetos e práticas pedagógicas que tiveram como objetivo o combate ao racismo no ambiente escolar?

nunca poucas vezes várias vezes sempre

5. Você vê a possibilidade de assimilar conteúdos de biologia com práticas que contribuam para o combate ao racismo?

nunca poucas vezes várias vezes sempre

Caso sua resposta NÃO seja nunca, cite assuntos da Biologia em que isso é possível

6- Relacionado à sua vivência:

a). Dos conflitos envolvendo racismo que já presenciou no ambiente escolar de que forma você intervém?

b). Quais vivências no seu percurso social e educacional contribuíram para sua atuação no combate ao racismo no ambiente escolar?

7- Considerando que um futuro docente de Biologia queira atuar no combate ao racismo, que sugestões você poderia dar à el@?

Apêndice II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
BRASÍLIA – IFB
CAMPUS – PLANALTINA, DF
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

- VIA DA PESQUISADORA -

Prezado (a) Senhor (a) Professor (a),

Vossa senhoria é convidada (o) a participar da pesquisa: “AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DE BIOLOGIA NO COMBATE AO RACISMO” que tem por objetivo analisar as vivências, bem como interesse dos docentes de Biologia em combater o racismo, através de práticas pedagógicas, projetos e intervenções. Identificar conteúdos de Biologia, que possibilitem a implementação da Lei 10639/03 nesta disciplina. Promover a reflexão dos docentes entrevistados sobre a importância de combater o racismo no ambiente escolar.

Essa pesquisa será realizada com sigilo de informação acerca da identificação do entrevistado. Sua participação no estudo consistirá em responder 1 questionário com 7 perguntas acerca da vivência enquanto professor de Biologia e a intervenção contra o racismo no ambiente escolar.

A entrevista terá uma duração de cerca de 30 minutos, que serão objeto de reflexões acadêmicas da discente de Licenciatura em Biologia Virginia Sousa Costa dos Santos sob a orientação da Profª. Ms. Deise Dias Barreto.

Após esclarecimento das informações, caso aceitar a publicação do material, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa não haverá prejuízo ao discente e o material não será explorado na pesquisa.

Risco: Não haverá riscos para integridade física, mental ou moral.

Benefícios: As informações obtidas nesta pesquisa serão utilizadas na produção de conhecimentos na área de questões étnico racial, educação e combate ao racismo.

Finalidade: O material será utilizado exclusivamente para fins acadêmicos e didáticos com a identificação do nome dos autores.

Esta pesquisa não tem fins lucrativos ou financeiros.

Eu, _____, declaro ter sido esclarecido sobre os pontos descritos e assino livremente este termo de consentimento.

Planaltina, DF, ____ de _____ de 2019

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Eu, _____, expliquei a(o) _____ a proposta desta pesquisa e os procedimentos do estudo.

Planaltina, DF, ____ de _____ de 2019

Assinatura da pesquisadora

Discente Pesquisadora: Virginia Sousa Costa dos Santos

e-mail- virginia.lkc@gmail.com

Telefone: 61 99235-4804

Orientadora: Profa. Ms. Deise Dias Barreto

Apêndice III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
BRASÍLIA IFB**

CAMPUS – PLANALTINA, DF

**CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

VIA DO ENTREVISTADO

Eu _____, professor (a) de Biologia do _____, convidado (a) a participar da entrevista do Trabalho de Conclusão de Curso da discente de Licenciatura em Biologia Virginia Sousa Costa dos Santos sob a orientação da Profa. Ms. Deise Dias Barreto, cujo objetivo é analisar as vivências, bem como interesse dos docentes de Biologia em combater o racismo, através de práticas pedagógicas, projetos e intervenções. Identificar conteúdos de Biologia, que possibilitem a implementação da Lei 10639/03 nesta disciplina. Promover a reflexão dos docentes entrevistados sobre a importância de combater o racismo no ambiente escolar. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, isto é, o nome ou qualquer outro elemento que possa, de qualquer forma, identificar-me será mantido em sigilo. É garantido meu livre acesso a todas as informações geradas pelo trabalho. Enfim, tendo a informação quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido trabalho, manifesto o livre consentimento da minha participação.

Planaltina, DF, ___ de _____ de 2019

Assinatura da pesquisadora

Eu, _____ aceito participar da pesquisa
acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido (a).

Planaltina, DF, ____ de _____ de 2019

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Discente Pesquisadora: Virginia Sousa Costa dos Santos

e-mail- virginia.lkc@gmail.com

Telefone: 61 99235-4804

Orientadora: Profa. Ms. Deise Dias Barreto

WWW.IFB.EDU.BR